



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

JOSÉ ALBERTO VIANA CORTEZ JÚNIOR

**GESTÃO OPERACIONAL DE INCIDENTE DINÂMICO COM AGRESSOR ATIVO
PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

JOSÉ ALBERTO VIANA CORTEZ JÚNIOR

**GESTÃO OPERACIONAL DE INCIDENTE DINÂMICO COM AGRESSOR ATIVO
PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para aprovação na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico do Curso de Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública, sob a orientação do Me. Johnathan Tarley Alga dos Reis Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2024

GESTÃO OPERACIONAL DE INCIDENTE DINÂMICO COM AGRESSOR ATIVO PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

OPERATIONAL MANAGEMENT OF DYNAMIC INCIDENT WITH ACTIVE AGGRESSOR FOR THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS

José Alberto Viana Cortez Júnior*

Me. Johnathan Tarley Alga dos Reis Rodrigues **

Resumo: Promover segurança pública é uma atividade complexa, que exige de seus operadores, abnegação, sacerdócio e constante evolução. Dentro desta ciência temos o gerenciamento de crises na atividade de segurança pública, outro campo dinâmico, onde o estudo de caso alinha-se a evolução constante. A problemática e o aumento de incidência de casos que envolvem agressores ativos em incidentes dinâmicos exige das forças policiais uma alternativa conglobante em segurança pública que vai além do gerenciamento de crises estático baseado na tradicional contenção, isolamento e negociação. Nesses casos surge a necessidade de um planejamento prévio, treinamento e uma postura ativa por parte das forças policiais. O objeto de estudos deste trabalho percorre e busca a construção de uma gestão operacional de incidente dinâmico com agressor ativo a ser desenvolvido pela Polícia Militar do Estado de Goiás, visando a antecipação, o planejamento, e a atuação institucional visando uma solução aceitável e com redução de efeitos colaterais graves. Foram analisados casos emblemáticos em gerenciamento de crises com agressores ativos, objetivando o filtro positivo para futura atuação da PMGO.

Palavras-chave: gerenciamento de crises; crise dinâmica; primeiro interventor; incidente crítico.

Abstract ou Resumen: Promoting public safety is a complex activity, which requires selflessness, priesthood and constant evolution from its operators. Within this science we have crisis management in public security activities, another dynamic field, where the case study aligns with constant evolution. The problem and the increase in the incidence of cases involving active aggressors in dynamic incidents requires police forces to provide a comprehensive public security alternative that goes beyond static crisis management based on traditional containment, isolation and negotiation. In these cases, there is a need for prior planning, training and an active stance on the part of the police forces. The object of study of this work covers and seeks the construction of an operational management of a dynamic incident with an active aggressor to be developed by the Military Police of the State of Goiás, aiming at anticipation, planning, and institutional action aiming at an acceptable solution and with reduction of serious side effects. Emblematic cases in crisis management with active aggressors will be analyzed, aiming at a positive filter for future PMGO action.

Keywords or Palabras clave: crisis management; dynamic crisis; first intervener; critical incident.

* Ten-Cel da Polícia Militar do Estado de Goiás. Especializando em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: cortezrotam@gmail.com.

** Ten-Cel da Polícia Militar do Estado de Goiás. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, Especializado em Políticas Públicas, Mestre em Desenvolvimento Regional. Orientador do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG).

1 INTRODUÇÃO

Ocorrências de incidentes dinâmicos com agressores ativos tem-se tornado cada vez mais comuns em diversas regiões e países, apesar do Estado de Goiás ainda não contar com ocorrências do tipo, esses incidentes devem ser uma preocupação para qualquer Força de Segurança Pública. Saber tomar as medidas certas quando o fato ocorrer poderá fazer a diferença na preservação de vidas.

Esse trabalho teve como base a proposta de uma linha de ação e padronização de plano de gestão operacional para a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás como primeira interventora em incidentes dinâmicos que envolvam agressores ativos.

Crise conforme palavras de Souza (1995, p. 11) citando o conceito adotado pela Academia Nacional do FBI é “um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da Polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável”.

Já o gerenciamento de crises em um modelo tradicional e consolidado, traz de forma padronizada e organizada uma sequência de ações a serem respeitadas pelo primeiro interventor em uma crise estática, sendo elas: a contenção e o isolamento do local, a negociação e a resolução da crise. Conforme Souza (1995, p.17), gerenciamento de crises “é o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise”, onde em regra, nestas crises estáticas, são tomadas como medidas iniciais, Souza (2002) “são utilizadas as seguintes medidas iniciais: conter, isolar e negociar.”

Em crises dinâmicas, como casos que envolvam agressores ativos, essas soluções tradicionais tornam-se ineficazes, nesses eventos dinâmicos o operador de segurança pública e primeiro interventor não terá na grande maioria dos casos, a delimitação de espaço físico para se fazer a contenção e isolamento, isto porque nesses casos o causador do evento crítico estará circulando procurando novas vítimas, ampliando seu espaço de atuação.

Neste sentido, torna-se necessária uma gestão operacional visando o estabelecimento de um procedimento operacional padrão para atuação da primeira tropa interventora em caso de ocorrência que envolvam agressores ativos. Neste ponto se discutiu qual a tropa qualificada para realizar esta primeira intervenção de forma ágil e qualificada. Seria a tropa de área (primeira malha protetora de segurança pública) a realizar a intervenção, ou seria o caso de atuação de uma tropa com equipamento e treinamento diferenciado, como as tropas de patrulhamento tático da PMGO (segunda malha protetora de segurança pública)?

Entende-se aqui como Tropa de Patrulhamento Tático as unidades que estão ativamente no desempenho da atividade diária de patrulhamento como segunda malha

protetora de segurança pública, como equipes de ROTAM, CPE, CHOQUE, Força Tática, sobre a diferenciação das malhas de proteção conceituou a Polícia Militar do Paraná (2000, p.22) “segundo recobrimento da malha protetora, cada unidade manterá uma força de manobra tático móvel, destinado a realizar operações presença, patrulhamento motorizado em viaturas, etc. Este pelotão é manobrado no recobrimento de vulnerabilidades da malha da área”.

Reforçando a ideia de diferenciação e distribuição de responsabilidades em segurança pública, Cortez (2019, p. 13) “esta nova forma de organização de tropas especializadas no combate urbano e que atuam como segunda malha protetora de segurança pública criaria um novo nível de organização dentro da atividade de patrulhamento tático especial, modalidade de policiamento extremamente importante dentro da segurança pública do nosso Estado”.

Em incidentes dinâmicos com agressores ativos o fator tempo de resposta será sempre primordial para a preservação de vidas, pois a equipe interventora terá a missão de neutralizar o agressor ativo cessando imediatamente os ataques. Assim, não há espaço para improvisações, erros e achismos em ocorrências com este tipo de características.

Todas as forças de segurança pública, devem possuir protocolos versando sobre o atendimento a este tipo de ação criminosa, fatos que geralmente duram poucos minutos, mas que causam grande impacto na vida em sociedade, deixando um rastro de sangue e violência.

O objetivo principal deste trabalho foi desenvolver um plano de ação operacional direcionado para as tropas de patrulhamento tático que deverão atuar como primeira interventora em ocorrência que envolvam agressores ativos.

Foram feitas também análises da evolução da doutrina do gerenciamento de crises e dos diversos casos de incidentes dinâmicos com agressores ativos, observando a evolução policial e as formas de combate especializado a esses eventos críticos, foram verificados características semelhantes, principais incidências e o comportamento do agressor ativo em diversos casos.

Legalmente, compete as Polícias Militares dos Estados a responsabilidade de resposta em ocorrências e incidentes de crise preservando e restabelecendo neste caso a Ordem Pública, conforme previsão do art. 144 da Constituição Federal de 1988.

O método escolhido para a realização da pesquisa foi a análise de bibliografias e documentos relacionados ao tema que geraram conteúdo para o estudo dos casos analisados na pesquisa.

Ao final concluiu-se sobre a necessidade de criação de uma gestão operacional em incidente dinâmico pela Polícia Militar do Estado de Goiás, visto a ausência de previsão legal via Procedimento Operacional Padrão, bem como houve a indicação das unidades competentes para o atendimento desses incidentes, do equipamento e armamento necessário para o enfrentamento do fato, bem como, sobre a necessidade de treinamento periódico e criação de uma rede de apoio, instrução e orientação visando a orientação de toda a rede de ensino.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Gerenciamento de Crises

Promover segurança pública é uma atividade muito mais complexa e dinâmica do que se possa imaginar. A atividade exige de seus profissionais não apenas preparo físico, técnico e psicológico, como também exige atualização contínua e ininterrupta pois a cada dia o crime e os criminosos estão em busca de evolução, em busca de novas formas de atuação, novas modalidades criminosas em um universo gigantesco de possibilidades.

O que era a solução para determinados eventos criminosos a três ou cinco anos atrás hoje provavelmente já é obsoleto. Este fato é mais acentuado principalmente quando o assunto está ligado a facções criminosas, crimes cibernéticos, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Não distante desta realidade, e atento às possibilidades está a evolução do gerenciamento de crises e de tudo que cerca eventos vultosos de uma forma geral. Importante fazer a devida distinção entre o sistema estático do sistema dinâmico de gerenciamento de crises: O Sistema Estático de Gerenciamento pode ser definido como um método de resolução de incidentes em que são efetivadas medidas iniciais de contenção e de isolamento, utilizado para incidentes confinados, contidos em um determinado espaço geográfico, como por exemplo a tomada de reféns ou ocorrências com marginais. (Souza, 2002)

2.2 Incidente Dinâmico

Um incidente pode ser entendido como uma ocorrência natural ou provocada pelo ser humano, que requer uma resposta para proteção de pessoas e/ou propriedades, neste

sentido, além de eventos planejados (crises), se incluem eventos emergências e/ou desastres de diversos tipos.

Assim um incidente dinâmico em gerenciamento de incidentes pode ser entendido como:

São aqueles eventos cujos impactos não se limitam a um espaço geográfico determinado e, em razão de sua natureza, os atores envolvidos encontram-se em movimento, tornando difícil a adoção das medidas iniciais de contenção e isolamento, exigindo uma resposta imediata da primeira força policial interventora a fim de alcançar a cessação dos seus efeitos e, posteriormente, o acionamento das demais ações do Estado e outras organizações. (Racorti; 2015).

Diferentemente da crise, o incidente traz uma ocorrência de natureza diversa e não somente policial, incluindo eventos que tragam perigo de lesão a vida e patrimônio, incluindo manifestações públicas e eventos esportivos.

O gerenciamento de incidentes dinâmicos é uma forma de resolução de incidentes que está em contínua evolução enquanto a crise está se desenvolvendo, evento que não se limita a espaço geográfico, ou seja, um evento crítico onde o autor se movimenta e evolui constantemente dentro do cenário, dinamismo este que difere ao gerenciamento estático de crises.

Nestes aspectos já é realidade considerar que o modelo tradicional de gerenciamentos de crises estáticas não é condizente e alinhado com ocorrência de incidentes dinâmicos, como por exemplo as ocorrências que envolvem agressores ativos.

2.3 Agressor Ativo

Utilizando de um conceito amplo, agressor ativo indica indivíduos que tentam ativamente matar pessoas de forma aleatória usando objetos e meios diversos como veículos, facas dentre outros além claro de armas de fogo (atiradores ativos).

O atirador (agressor) ativo é um indivíduo ativamente engajado em matar ou tentar matar pessoas em uma área confinada e populosa; na maioria dos casos, atiradores ativos usam armas de fogo e não há padrão ou método na seleção de suas vítimas. Situações que envolvem atiradores ativos são imprevisíveis e evoluem rapidamente. Tipicamente, a imediata intervenção das forças de segurança é necessária para cessar o tiroteio e mitigar os ferimentos nas vítimas. Em virtude de situações envolvendo atirador ativo durarem, geralmente, entre 10 e 15 minutos, antes das forças de segurança chegarem na cena, os indivíduos precisam estar preparados mental e fisicamente para lidarem com a situação (U.S. Departamento of Homeland Security, 2020, p. 3, tradução própria).

Esses incidentes geralmente são desempenhados por uma ou mais pessoas que tentam em determinado evento matar a maior quantidade de pessoas, sem nenhuma motivação maior aparente, sem ligações religiosas, políticas ou históricas.

A existência cada vez mais comum, deste tipo de ocorrência, gera responsabilidade para as forças policiais buscarem um novo plano de ação, mesmo em lugares onde o evento ainda não ocorreu em sua forma pura, como no estado de Goiás.

Antecipar um evento crítico, estudando suas possibilidades, preparando as forças policiais para atuação, padronizando formas de condutas e resposta irão minimizar os efeitos drásticos de um evento geralmente caótico, direcionando a força policial para uma melhor solução.

A solução tradicional de gerenciamento de crise (contenção, isolamento do local, negociação de emergência, liberação de reféns e a rendição do causador) se torna ineficaz em um evento de agressor ativo, onde o tempo de resposta ativa do Estado irá representar a preservação do maior número de vidas.

Em incidentes dinâmicos as primeiras equipes policiais a chegarem no local já devem ter condições de cessar a violência (muitas vezes armada) por parte do agressor ativo, nesta situação, não há que se falar em contenção, isolamento e negociação, mas sim de uma resposta à altura da agressão, interrompendo o evento crítico e salvando vidas.

Assim, a Polícia Militar do Estado de Goiás deve buscar um plano de ação efetivo no combate a ocorrência com agressor ativo, buscando soluções ágeis e eficazes, treinando rotineiramente a tropa de patrulhamento tático para que em caso de necessidade as equipes tenham condições de atuar de forma rápida.

O treinamento neste caso poderá ser o diferencial no momento do evento crítico, assim é necessário do ponto de vista legal e procedimental estabelecer um padrão de ações a serem seguidos alinhando essas ações com treinamento rotineiro afastando improvisações e dúvidas no atendimento da ocorrência real.

Quando o tipo de ocorrência entra no campo do gerenciamento de crise, principalmente em situações que envolvam ataques ativos é importante trabalharmos o preventivo, o momentâneo e o pós ocorrência. Saber atuar e desenvolver a atividade de segurança pública nessas três fases distintas fará com que o sucesso, ou seja, a preservação do maior número de vidas e o cumprimento da lei estejam mais próximos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto foi basicamente a analítica bibliográfica e documental, tendo como azimute artigos sobre o tema, livros escritos pelo doutrinador Coronel PM Valmor Saraiva Racorti da Polícia Militar do Estado de São Paulo, bem como a análise documental de casos reais ocorridos principalmente nos Estados Unidos, e os resultados apontados pelos americanos na evolução do atendimento e combate a ocorrências que envolvam agressores ativos.

Utilizando do método qualitativo com o objetivo de interpretar e também avaliar os diversos casos descritos como estudos de casos, buscando sempre entender dentro da dinâmica policial o raciocínio dos policiais e primeiros interventores em situações de crises com agressores e atiradores ativos. Nesta análise busca-se através da dedução de casos a diferenciação de crises bem como os fatores que as aproximam como a compreensão de tempo e imprevisibilidade de ações do causador do evento crítico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando o histórico de casos que envolvem atiradores e agressores ativos é evidente que os Estados Unidos são o país com mais casos catalogados com ocorrências desta natureza, neste sentido, devemos buscar estudos e alternativas implementadas em solo norte americano adaptando estas a realidade para o Brasil.

Dentre as centenas de casos ocorridos na história americana, podemos identificar quatro casos emblemáticos em momentos diversos que confirmam que a melhor saída para casos dinâmicos envolvendo agressores ativos é o confronto imediato e uma postura ativa para a interrupção do ataque.

No primeiro grande caso de repercussão, temos o episódio da Torre da Universidade do Texas, situação trágica que resultou na criação da SWAT, talvez a tropa de elite mais conhecida do mundo, neste evento crítico ocorrido em agosto de 1966 um atirador com treinamento militar portando um armamento longo atirou em 45 pessoas. Num primeiro momento as forças policiais locais não conseguiram cessar aquela agressão, fato que só ocorreu após 90 minutos do início do incidente, onde posteriormente os policiais conseguiram abater o criminoso.

Após este trágico episódio, a polícia local e regional chegou à conclusão que as forças policiais precisavam de uma tropa com melhor treinamento, tropa que seria focada em

situações e eventos críticos especiais, assim, teve início a SWAT -Special Weapons and Tactics (Armas e Táticas Especiais).

Esta criação americana, teve uma influência extraterritorial alcançando diversos outros países e continentes, perceberam que tropas policiais de outras regiões deveriam ter unidades especiais de polícia, forças que atuariam em situações especiais, situações que exigiriam um emprego e soluções não convencionais. Nesta época histórica da segurança pública americana as organizações policiais já tinham unidades especializadas de policias.

A patrulha convencional de polícia passou a ter a missão de atuar e estabelecer o perímetro inicial de contenção, acionando posteriormente a unidade da SWAT que atenda casos de até 160 km de distância, este procedimento tornou-se padrão até 1999.

Em um segundo caso, temos o atentado na Columbine High School em 1999, onde dois jovens alunos com 17 e 18 anos mataram 13 pessoas e feriram outras 20. Os agressores se suicidaram posteriormente, restando claro que a morosidade da polícia local de entrar na escola e confrontar com os atiradores deixou de evitar várias mortes pois uma postura ativa teria salvado diversas vidas inocentes.

Em uma análise posterior feita pelas autoridades locais, concluíram que a melhor saída para o enfrentamento deste tipo de problema seria uma ação estratégica conjunta entre forças policiais e instituições educacionais visando o desenvolvimento de planos de ação em crises emergenciais. Restou claro que independente do momento ou o local de ataque o mais importante a ser feito em casos envolvendo agressores ativos é interromper a agressão, a primeira equipe interventora precisa ter o conhecimento técnico e o preparo adequado para intervir de forma rápida no caso concreto.

Na obra *Atirador Ativo e Resposta* de John Pete Blair deixa claro essa conclusão sobre Columbine:

Uma lição aprendida rapidamente com Columbine foi a de que os primeiros agentes da lei desempenham um papel crítico durante situações de atirador ativo. Olhando para trás, historicamente, desde a criação das equipes de SWAT, a profissão de aplicação da lei condicionou a função de patrulha a falhar em uma situação de atirador ativo como Columbine. Não só houve muito pouco ou nenhum treinamento tático fornecido aos patrulheiros para responder a esse tipo de evento, mas também o treinamento fornecido reforçou o conceito de contenção e convocação de equipes da SWAT para lidar com situações críticas. Foi muito fácil sentar e criticar os Primeiros Interventores em Columbine e culpa-los por não perseguirem os suspeitos até a escola para encerrar o ataque mais cedo no entanto, não devemos esquecer o fato de que eles não foram treinados para fazer isso. (Blair et Al., 2013, Tradução livre.)

O estudo feito após o caso de Columbine também concluiu que eles deveriam desenvolver um plano de crise para emergência, bem como também o desenvolvimento do ICS (Incident Command System) que é uma abordagem padronizada para o comando, controle e a coordenação do gerenciamento de incidentes no local do fato. A partir de 1999, a participação popular através de treinamentos escolares dentre outros fatores preventivos passou a andar diretamente ao lado da preparação policial para responder a esses incidentes.

O terceiro caso em análise ocorreu na Virginia em 2007, onde um estudante matou duas pessoas em um dormitório escolar do campus, e posteriormente continuou o ataque por outras salas de aula. Em apenas 11 minutos, o atirador matou 30 pessoas, feriu outras 17 e posteriormente se matou.

Nas salas de aulas onde os estudantes foram ativos e bloquearam o acesso do atirador ele então buscou outras salas com acesso facilitado, assim restou claro que uma postura ativa até mesmo das possíveis vítimas pode ser o diferencial entre morrer e sobreviver. Outra lição importante neste caso da Virginia foi a que a primeira equipe interventora deve possuir equipamento especial para arrombamento de portas, escudos balísticos e armamento diferenciado para conseguir efetuar uma resposta à altura do poder bélico do agressor.

Nos Estados Unidos já é um consenso que o treinamento civil para o enfrentamento de casos críticos é uma alternativa importante que irá criar possibilidades de chances maiores de preservação de vidas e diminuição de danos, neste sentido, foi desenvolvido um modelo de resposta civil entendido como evitar, negar, defender e/ou correr, esconder e lutar.

Neste modelo os civis são orientados a dentro do teatro de ações tomar a melhor decisão, porém o mais importante independente da decisão é efetivamente tomar alguma decisão, tendo como base a primeira opção de evacuar para uma direção oposta ao perigo e em último caso, partindo para o enfrentamento com armas improvisadas no local da crise.

O Protocolo ALERRT - Advanced Law Enforcement Rapid Response Training (Treinamento Avançado de Resposta Policial Rápida) foi criado em 2002, com o objetivo de orientar policiais para respostas frente a ataques de atiradores ativos, em 2013, este protocolo foi nomeado padrão nacional pelo FBI.

Seguindo este raciocínio evolutivo houve a evolução do termo atirador ativo para agressor ativo, denominação aos indivíduos que tentam ativamente matar pessoas de forma aleatória usando objetos e meios diversos como veículos, facas dentre outros além claro de armas de fogo. Este protocolo também concorda que a melhor saída é também treinar a população e ter uma participação ativa de civis no evento crítico.

O ALERRT também ensina que a principal prioridade dos socorristas em uma situação de atirador ativo é, primeiro, parar a matança e, depois, parar a morte (ALERRT & FBI, 2020, pp. 2-9, 2-15 a 2-16). Inerente a parar de matar e morrer está a escala de prioridade da vida (ALERRT & FBI, 2020, pp. 2-6 & 2-34). No topo desta escala, a maior prioridade é preservar a vida das vítimas. Outra lição aprendida no caso Virginia foi a de que os Primeiros Interventores devem portar equipamentos para arrombamento tático.

O quarto episódio importante e significado para o estudo dos casos de agressores ativos na história americana é o evento no Edifício 197 do Comando de Operações Navais da Marinha Americana, onde o agressor/atirador moveu-se de andar em andar atirando em funcionários. Os primeiros interventores entraram rapidamente no local, porém devido ao tamanho do local, demoraram mais de uma hora para localizar e neutralizar o referido atacante. Existiam muitos primeiros interventores, porém foram empregados poucos para controlar as seções do prédio e retirar os feridos.

Após este episódio foi evidenciado para as forças policiais norte americanas a importância da transição rápida entre o Stopping the Killing (parar a matança) para Stopping the Dying (parar a morte). Foram adicionados ao ALERRT os conhecimentos e as habilidades necessárias para que os policiais façam a transição sem demora do STOP THE KILLING (Parar a Matança) para o STOP THE DYING (Parar a morte).

Parar a morte refere-se ao fornecimento de cuidados médicos imediatos para salvar vidas dentro da chamada zona quente, seguido pela evacuação rápida de vítimas gravemente feridas para um local onde recursos médicos significativos estejam disponíveis para tratá-las. Isso pode ocorrer dentro da própria zona quente ou, se não houver ambulâncias suficientes disponíveis, significará transportar as vítimas até o centro de trauma mais próximo (Racorti e Ratti, 2024, p.20).

Os primeiros interventores também devem receber treinamento para atender a emergência médica inicial e logo em seguida evacuar as vítimas de maneira segura, aqui entram os conhecimentos em Atendimento Pré-Hospitalar Tático.

Saindo dos casos americanos e retornando para a realidade do Brasil, no que tange a identificação e constatação de uma crise com agressor ativo, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, editou a Instrução Continuada do Comando (ICC) nº 254 – orientando como seus policiais deverão prosseguir em caso de ocorrências deste tipo, nesse sentido:

Os policiais militares deverão atuar com o máximo de poderio bélico disponível para aumentar a capacidade tática frente aos causadores da crise, devendo também ter atenção ao carregamento de munições sobressalentes para os armamentos, com a finalidade de possíveis recargas; se os policiais militares tiverem HT's disponíveis

em sua viatura, esses deverão ser levados para que informem a toda rede rádio as ações e medidas tomadas dentro do local, bem como passar aos outros policiais informações pertinentes para eventuais apoios e medidas; a utilização de escudo balístico deverá ser mensurada pela equipe de intervenção, pois eles terão que analisar qual o poderio bélico do agressor, a sua capacidade física, o conhecimento técnico para operar com ele e a disponibilidade do material; os policiais militares deverão saber identificar a zona verde (local onde não haja possibilidade imediata de confronto), a zona amarela (local onde existe a possibilidade de confronto) e a zona vermelha (local com perigo real, altíssima probabilidade de confronto ou no qual já há confronto) (PMESP, 2019, p. 2-3).

Fica claro nesta orientação da PMESP a necessidade de interrupção precoce da atividade criminosa do agressor ativo no comento do ataque, minutos podem ser o diferencial no salvamento de dezenas de vítimas.

No sistema dinâmico de gerenciamento de crises o esforço primário sempre será a incapacitação do causador do incidente devido à grande problemática em se efetivar outras medidas iniciais que surtam efeito positivo.

Dentro da doutrina de Gerenciamento de Crises, existe um conceito consolidado que explica o conceito de crise como um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da Polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável, este conceito é tradicional dentro do ambiente de estudos de gerenciamento de crises.

Após a experiência e análise de inúmeros casos foi incorporada no gerenciamento de crises dos Estados Unidos a ideia de NIMS – National Incident Management System (Sistema Nacional de Gestão de Incidentes), passando a normatizar e incluir no clico do gerenciamento de crises americano o governo federal, estadual, municipal, organizações não governamentais e setor privado, em resumo, neste modelo abrangente toda a sociedade deve contribuir para a prevenção, proteção, resposta e mitigação dos efeitos dos incidentes, independente de qual seja este.

Trazendo esta ideia de sistema abrangente e inclusivo dentro do gerenciamento de crises, foi trazida para a Polícia Militar do Estado de São Paulo uma nova proposta de análise de gerenciamento de crises por Racorti (2019, p.33) “suas fases não se resumem ao enfrentamento da crise, mas, principalmente, nas etapas de prevenção, preparação, mitigação, resposta e finalmente recuperação do evento”.

Nesta nova ideia o gerenciamento de crises tradicional da lugar a um sistema mais complexo de ações pré e pós evento crítico, um sistema onde a prevenção e o treinamento são tão importantes quando a rapidez de tomada de decisão dentro do cenário crítico.

De forma prática e ordenada o modelo americano do Sistema Nacional de Gestão de Incidentes conhecido como “NIMS”, guia a atuação das forças de segurança nos casos de

ataque ativo, esse método pode e deve ser aplicado de forma prática a nossa realidade, gerando clareza nas ações a serem tomadas dentro do cenário dos incidentes dinâmicos. Como citado, as fases desse sistema são a prevenção, proteção, mitigação, resposta e recuperação dos efeitos dos incidentes.

Essa organização proposta pelo NIMS cria um arcabouço estratégico de apoio ao policiamento local para desenvolverem ações em incidentes dinâmicos.

Prevenir ataques e reduzir riscos é uma ação em conjunto que deverá ser desenvolvida pela Polícia e comunidade geral (público geral e específico como comunidade escolar e grandes centros). Aqui entram o compartilhamento de informações conseguidas através de monitoramento constante, ações e campanhas de conscientização e tudo que contribuir para que o evento crítico não ocorra.

Proteção é a fase da capacitação para a defesa de pessoas, aqui temos o investimento em controle de acessos aos locais vulneráveis a esses tipos de ações, verificação de identidades e medidas de proteções físicas.

A mitigação refere-se à redução de perdas de vidas por meio de ações que amortecem um futuro ataque como por exemplo o treinamento de resposta da população, de alunos em escolas e preparo da própria polícia local para a intervenção.

A fase de resposta é iniciada com a explosão da crise gerando a necessidade de atuação policial, aqui temos a ideia central deste trabalho que é a mudança de mentalidade em gerenciamento de incidentes críticos dinâmicos, onde a missão das primeiras equipes policiais a chegarem ao local será a de ir ao encontro da ameaça e neutralizar o agressor.

Teremos aqui a primeira equipe tática que deverá ir ao encontro do causador da crise buscando sua neutralização, e teremos também equipes que chegarão posteriormente e servirão de apoio tático e operacional visando a neutralização do agressor.

Esta neutralização pode ser entendida e acontecerá na maioria dos casos com a neutralização do criminoso através dos meios letais disponíveis, mas também poderá ser o isolamento do agressor em algum ponto no local dos fatos, onde este não conseguirá mais atingir e se aproximar de nenhuma outra vítima.

A fase de recuperação refere-se ao restabelecimento da segurança e mitigação dos impactos do incidente nos envolvidos, sejam estes físicos, psicológicos e/ou emocionais. Nesta fase há a atuação não só da Polícia, mas também bombeiros, assistentes, psicólogos e etc.

Pela análise de todas essas fases fica claro a importância da prevenção e da preparação/treinamento pré-evento crítico. Trazendo para a realidade da Polícia Militar do

Estado de Goiás, o estabelecimento de uma gestão operacional de incidente dinâmico com agressor ativo deve ser uma atividade colaborativa com o envolvimento de diversas unidades policiais.

Como exemplo, deverá ser estabelecido medidas preventivas e educativas desenvolvidas pelo Batalhão Escolar e por unidades de área para que o preventivo possa ser aplicado e para que o incidente crítico não ocorra, seja em escolas, universidades, grandes centros comerciais etc.

Um procedimento operacional poderá ser estabelecido (**Apêndice 1 – Proposta de Projeto de Procedimento de Primeira intervenção em incidentes com agressores ativos**) orientando o pronto atendimento da ocorrência, o plano de ação geral, o procedimento adotado pelas primeiras equipes táticas que chegarem ao local, bem como o procedimento de apoio a ser realizado pelo policiamento de área.

Neste caso, poderá ser estabelecido também programas e parcerias com outras Instituições de Segurança Pública como Bombeiros Militares, Polícia Civil, Guardas Municipais dentre outras, visando o melhor desempenho no que tange a essas crises dinâmicas. Abaixo segue uma tabela comparativa entre as ações do primeiro interventor em uma crise estática (tradicional) Procedimento Operacional Padrão - POP 506.01/PMGO e a proposta das ações a serem tomadas pelos primeiros interventores em um incidente envolvendo agressor ativo.

Tabela 1. Diferenciação de ações entre o gerenciamento de crise tradicional e o incidente envolvendo agressor ativo.

AÇÕES DO PRIMEIRO INTERVENTOR EM CRISE TRADICIONAL, POP 506.01-PMGO	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM INCIDENTES COM AGRESSORES ATIVOS (PROPOSTA POP 506.02)
1. Coletar informações do COPOM;	1. Coletar informações do COPOM;
2. Deslocar no mínimo duas equipes policiais;	2. Deslocar para o local o CPU, uma equipe da área e uma equipe de força tática ou patrulhamento tático especializado;
3. Chegar no local e confirmar a natureza da ocorrência;	3. Conter a crise, confirmar a natureza do incidente com envolvimento de agressor ativo e isolar o local;
4. Conter a crise no local, não entrando	4. Equipes táticas adentrarem ao local do

em confronto com o CEC;	incidente visando a neutralização do agressor;
5. Isolar o ponto Crítico;	5. Delimitação de via de escoamento emergencial pelas equipes na área externa;
6. Delimitar via de escoamento emergencial;	6. Atuação com segurança das equipes de socorro médico;
7. Solicitar ao COPOM o apoio do CPU, da tropa especializada e serviço médico;	7. Preservar o local até o término do trabalho dos peritos;
8. Aguardar a chegada dos recursos especializados;	8. Registrar a ocorrência;
9. Registrar a ocorrência;	

Fonte: Autor, 2024.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incidentes com agressores ativos são ocorrências mais complexas e dinâmicas que se possa imaginar, as forças de segurança devem possuir um treinamento específico para tratar e atender este tipo de evento. Não olvidando a responsabilidade territorial da Polícia Militar, esta instituição deve ser a ponta do azimute a ser estabelecido em formas de procedimentos e meios de atendimento.

Exemplos como o de Columbine e Virginia nos Estados Unidos são estudos de casos que demonstram a complexidade e a brevidade da ocorrência com agressor ativo. A equipe tática que fará o adentramento e terá a responsabilidade de neutralizar o agressor deverá chegar muito rápido no local, tendo pouco tempo para estabelecer uma estratégia e resolver o incidente.

A proposta e a gestão de um procedimento específico visando o atendimento de ocorrência com agressor ativo ampara legalmente as ações operacionais que serão tomadas na incidência do evento crítico, e, muito além disso, têm também condições de criar cenários favoráveis à prevenção deste tipo de evento, como o desenvolvimento de um programa de visita a escolas e locais sensíveis a este tipo de acontecimento, programa este desenvolvido pela PMGO através do Batalhão Escolar e outras unidades e forças de segurança pública.

Este trabalho teve o objetivo de despertar a atenção e o interesse inicial no estudo deste tipo de incidente crítico, não esgotando obviamente o tema, mas propondo sugestões de procedimentos e treinamentos para este tipo de ocorrência, atitudes que poderão ser o diferencial no atendimento real, além de incentivar a prevenção e o retardamento de casos através de programas, orientações e palestras. Muito mais que exaurir o tema, a proposta foi dar um passo inicial, com caminho pré-estabelecido para que uma forma de ação possa ser estabelecida pelas instituições envolvidas.

REFERÊNCIAS

ADVANCED LAW ENFORCEMENT RAPID RESPONSE TRAINING. **Active Shooter Response Level 1**. V. 7.2. San Marcos: Texas State University, 2020.

AGUILAR, P. A. et al. **Atualização de procedimentos adotados na PMESP na doutrina de gerenciamento de crises, modelo estático, para o modelo dinâmico de gestão de crises**. Artigo científico (Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública) – Centro de Altos Estudos em Segurança. São Paulo: CAES, 2017.

BLAIR, J. P. et al. **Active Shooter events and response**. Boca Raton: Taylor and Francis, 2013. ISBN 978-1466512313.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CORTEZ JÚNIOR, J. A. V. **Comando Tático Operacional da Polícia Militar do Estado de Goiás**. Goiânia, 2019.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS; PM1. **Portaria nº 16.312 de 13 de abril de 2022**. Goiânia, 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO SÃO PAULO. **Diretriz nº PM3-001/02/20. Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM – NORSOP**. São Paulo: 3ª Seção de Estado-Maior, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Diretriz nº 004/2000 PM/3 Diretriz de Planejamento e Emprego da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba, 2000.

RACORTI, V. S. **Proposta Estratégica para Atualização, Difusão e Emprego da Doutrina de Gerenciamento de Incidentes na Polícia Militar do Estado de São Paulo**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública) – Centro de Altos Estudos de Segurança, Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2019.

RACORTI, V. S e RATTI, A. E. A. **Ataques Ativos: Análise do fenômeno e propostas de atuação em amplo espectro**. Disponível em: [Ataques Ativos: Análise do fenômeno e propostas de atuação em amplo espectro \(velhogeneral.com.br\)](http://velhogeneral.com.br).

RACORTI, V. S e RATTI, A. E. A. **Segurança Escolar**. Prevenção Multidisciplinar contra-ataques ativos. 1 ed. São Paulo: Ícone Editora, 2023.

SOUZA, W. M. DE. **Gerenciamento de crises: negociação e atuação de grupos especiais de polícia na solução de eventos críticos**. Polícia Militar do Estado de São Paulo Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais CAO-II/95. São Paulo, SP, 1995.

SOUZA, W. M. DE. **Ações do policial negociador nas ocorrências com reféns**. [s.l.] Policia Militar, 2002.

U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY (DHS). **Administration announces supply chain resilience center to protect u.s. supply chain from evolving threats**. 2020. Disponível em: <https://www.usa.gov/agencies/u-s-department-of-homeland-security>. Acesso em: 20 out. 2023.

**APÊNDICE A – PROPOSTA DE PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO PARA
A PMGO EM INTERVENÇÃO EM INCIDENTES COM AGRESSORES ATIVOS**

MAPA DESCRITIVO DO PROCESSO 506

NOME DO PROCESSO	POP 506 LOCAL DE CRISE
MATERIAIS NECESSÁRIOS	
1. Equipamento de Uso Individual (EUI) e de viatura (POP 101 e 102)	
PROCEDIMENTOS	
506.02 . 506.02 Primeira intervenção em crises com agressores ativos	
REFERÊNCIAS LEGAIS	
Art. 78 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); Decreto nº 5.642, de 19 de agosto de 2002.	
ATIVIDADES CRÍTICAS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Coletar, por meio do COPOM ou qualquer outro meio disponível, o máximo de informações sobre a ocorrência. 2. Deslocamento do CPU e uma equipe da área, além de uma equipe tática e/ou equipe de patrulhamento tático para atendimento da ocorrência; 3. Contenção da crise e confirmação de natureza de incidente envolvendo agressor ativo; 4. Isolamento do local e gerenciamento do local pelo CPU ou mais antigo; 5. Adentramento no local do incidente pelas equipes táticas; 6. Delimitação de via de escoamento emergencial pelas equipes na área externa; 7. Eliminação total do risco que o causador do evento crítico representa aos terceiros inocentes e aos próprios policiais; 8. Atuação das equipes de socorro médico; as equipes policiais devem de forma efetiva e organizada proporcionar segurança para as equipes de socorro. 	
RESULTADOS ESPERADOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Que as vidas sejam preservadas e a lei aplicada; 2. Que o agressor ativo seja o mais rápido possível contido e/ou neutralizado. 	

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS	
PROCESSO	POP 506 LOCAL DE CRISE
PROCEDIMENTO	506.02 Primeira intervenção em incidentes com agressores ativos
RESPONSÁVEL	Comandante de guarnição
SEQUÊNCIA DE AÇÕES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Coletar, por meio do COPOM ou qualquer outro meio disponível, o máximo de informações sobre a crise que envolve agressor ativo; 2. Deslocar, no mínimo, duas guarnições para o local do atendimento policial militar sendo uma equipe do quadrante mais o CPU da área, além de uma equipe de patrulhamento tático ou força 	

tática;

3. Chegar ao local e confirmar que se trata de um incidente envolvendo agressor ativo;
4. Conter o incidente no local;
5. Isolar o ponto crítico, afastando para ambientes seguros e dentro das possibilidades, as pessoas que estiverem nas imediações do local indicado como ponto crítico;
6. Solicitar ao COPOM o deslocamento de outras equipes táticas e equipes de primeiros socorros;
7. Delimitar uma via de escoamento emergencial no local de isolado;
8. Aguardar a chegada de pelo menos uma equipe com recursos especializados para que esses possam fazer o adentramento e neutralizar a ação do agressor ativo;
9. As equipes táticas deverão adentrar o local mantendo a segurança num ângulo de 360°, utilizando-se de equipamentos de proteção individuais disponíveis, bem como, coberturas e abrigos existentes no ambiente.
10. Neutralizar a ação do agressor ativo de forma efetiva e rápida, visando a eliminação total do risco que ele proporciona, preservando vidas e evitando mais mortes (Possibilidade de erro 1 e 5);
11. Proporcionar condições de segurança para que as equipes de socorro médico atuem no atendimento aos feridos;
12. Preservar o local em que a ocorrência se desenvolveu, realizando esforços no sentido de estabelecer os perímetros de segurança necessários, afastando terceiros que queiram se aproximar da área restrita;
13. Em caso do agressor ativo tomar vítimas ou reféns no momento da intervenção, não efetuar disparos e iniciar a tomada dos procedimentos técnicos de gerenciamento de crises (Ações Corretivas nº 1 e 2);
14. Registrar o atendimento policial militar, conforme o POP 203.03.

AÇÕES CORRETIVAS

1. Caso o CEC manifeste interesse de se entregar, liberar reféns e/ou vítimas antes da chegada da tropa especializada, o policial militar deverá adotar as seguintes providências (Sequência de ação nº 8):
 - a. Avisar o policiamento presente que haverá a saída dos reféns e/ou vítimas e que, posteriormente, sairá o CEC;
 - b. Determinar, primeiramente, que saia um refém ou vítima por vez, lentamente, sem realizar movimentos bruscos, com as mãos para cima e espalmadas, deslocando-o até um ponto seguro, para que seja realizado o algemamento, a busca pessoal, entrevista, checagem de sua documentação e coleta dos dados necessários para definir se a pessoa é um CEC, refém ou vítima;
 - c. Orientar o CEC que ele irá visualizar, fora do ponto crítico, vários policiais armados, porém não deve se preocupar, pois não haverá nenhuma violência;
 - d. Determinar que o CEC coloque a arma no chão, preferencialmente às vistas da polícia e que saia (um por vez, se for o caso), lentamente, sem movimentos bruscos e com as mãos para cima e espalmadas, deslocando até um ponto seguro para que seja realizado o algemamento, a busca pessoal, entrevista, checagem de sua documentação e coleta dos dados necessários para confirmar se a pessoa é o CEC;
 - e. Providenciar atendimento médico às pessoas envolvidas;
 - f. Fazer uma varredura no ponto crítico, após o ritual de rendição;
 - g. Apresentar as pessoas envolvidas e exibir os objetos apreendidos à repartição pública competente;

- h. Manter o local da crise isolado para as devidas perícias técnicas.
2. Caso o CEC queira liberar o refém e/ou vítimas e se entregar, coordenar o ritual de rendição de maneira calma e sequencial, priorizando o refém que esteja sendo vítima da Síndrome de Londres (Esclarecimentos itens 2 e 3);

POSSIBILIDADES DE ERROS

1. Agir de forma isolada, sem aguardar a equipe tática para o adentramento no local;
2. Entrar no local da crise sem a segurança necessária, mantendo postura tática e atenção a linha de tiro do CEC agressor ativo;
3. Demorar para constatar a natureza da crise, demorando para informar ao COPOM para que acione as equipes táticas para o adentramento;
4. Em caso de evolução para negociação com reféns, efetuar disparos de arma de fogo gerando riscos para as vítimas.
5. A equipe especializada de patrulhamento tático e/ou força tática demorar para fazer a intervenção no local, considerando que esse tipo de incidente costuma ser breve, durando poucos minutos, por isso a necessidade de uma atuação rápida e eficaz dos primeiros interventores;
6. Deixar de atuar de forma ativa neutralizando o agressor ativo caso tenha condições de disparos;
7. Subestimar a intenção violenta e destrutiva do CEC atirador/agressor ativo.

ESCLARECIMENTOS

Item 1 – Agressor ativo: indivíduo armado ou não, engajado em matar ou tentar matar pessoas em uma determinada área. Causa uma crise policial que necessita de um atendimento rápido, direto e eficaz por parte dos primeiros interventores na identificação e neutralização de sua ação, eliminando o risco que promove e, assim, preservando vidas e evitando mais mortes.

Item 2 – Síndrome de Estocolmo: fenômeno psicológico de interdependência afetiva que se desenvolve no refém e/ou na vítima em relação ao CEC, durante sequestros ou tomadas de reféns, devido à necessidade que ambos têm de conquistar consideração especial, conforto e manter a vida.

Item 3 – Síndrome de Londres: fenômeno psicológico de hostilidade que se desenvolve no refém e/ou na vítima em relação ao CEC. É um considerável agravante da crise. A pessoa acometida pela síndrome tem prioridade de liberação.